

Novas definições terminológicas para entender a História de Israel

New terminological definitions to understand the History of Israel

Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro¹

abtr.mg@gmail.com

RESUMO: A formação de um povo é algo complexo que se desenvolve, na maioria das vezes, sem a produção de documentação ou monumentos. Com Israel não foi diferente, a busca nos vestígios da história e arqueologia montam um quadro amplo e multifacetado que engloba grupos de origem diferentes que trazem consigo o fato de serem marginalizados como elemento unificador. Para entender esse quadro, no entanto, a utilização de termos que identifique e caracterize o “povo de Israel” em cada momento de sua formação é vital para uma pesquisa acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Protoisraelitas, Israelitas, Judaítas, Comunidade judaíta pan-israelita

SUBSTRACT: The formation of a people is something complex that develops, most of the time, without the production of documentation or monuments. With Israel it was no different, the search in the vestiges of history and archeology set up a wide and multifaceted picture that encompasses different groups of origin that bring with them the fact that they are marginalized as unifying element. To understand this picture, however, the use of terms that identify and characterize the "people of Israel" at every point in their formation is vital to an academic research.

KEY-WORD: Protoisraelites, Israelites, Judahites, Pan-Israelite Judahite community

Se pensarmos como Weber (2010) e Durkheim (1996), para os quais a religião era entendida em sua função social como um sistema que proporciona uma perspectiva ampla de visão do mundo, podemos definir religião como uma matriz de sentido cosmogônico, ou seja, como sistemas de valores sociais. Nesse sentido, a religião não é questão de fé, mas uma necessidade de organização ou de sentido da sociedade. Esta é a forma como a religião do antigo Israel é compreendida e analisada ao longo deste artigo.

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, Mestra em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para que se possam distinguir com razoável clareza os processos que constituíram a história de Israel² e a formação do seu povo, é preciso antes refletir sobre uma série de fatores determinantes, referentes tanto às concepções sobre as relações entre o homem e o sagrado, quanto às instituições religiosas e sociopolíticas que atuaram nesses processos. Como é possível perceber, em meio a tantas teorias³, a análise dessa formação é fonte de divergentes interpretações, principalmente no tocante à historicidade dos elementos com os quais a comunidade que se autodenominou “povo de Israel” elaborou as narrativas sobre sua própria origem, identidade e evolução.

Diferentemente da maioria dos grupamentos populacionais da época, um dos elementos decisivos com o qual o “povo de Israel” fundou sua própria autocompreensão foi um tipo único de religião para sua época, visto que não apenas funcionou como sentido existencialista do sagrado, mas também, como código de conduta a ser seguido, no mesmo sentido de lei. A base dessa autocompreensão ancora-se em uma fusão de narrativas mito-históricas e de religião que, na realidade, envolve, por sua vez (a) a saga de diferentes grupamentos, e (b) a perspectiva religiosa de uma aliança formada entre o “povo de Israel” e Iahweh. Desse modo, a história do “povo de Israel”, além de estar vinculada ao contexto geopolítico e social da época (migrações, invasões, associações), encontra-se também intrinsecamente ligada à história de sua própria religião, singularizando seu povo, de acordo com Bright, como um fenômeno único. Assim, para o autor, “separada de sua religião, a história de Israel não seria explicável” (Bright, 2003, p. 182).

Estudar a história da formação de Israel, no entanto, exige alguns esclarecimentos prévios, como a utilização de alguns dos termos e conceitos que o leitor encontrará ao longo da pesquisa. O primeiro é o conceito de “nação”. Proveniente do latim *natio, natus*, e designando originariamente, mas não necessariamente, grupos de pessoas unidas por laços de sangue, de língua e de cultura, esse conceito foi significativamente modificado no século XVIII, após a Revolução Francesa. A concepção pré-revolucionária implicava a possibilidade da coexistência de diferentes

² Segundo Finkelstein e Silberman, na história de Jacó, este lutou com um anjo e por isso recebeu o nome de Israel, que significa “aquele que lutou com Deus”. Forma, pela qual, todos os seus descendentes passaram a ser conhecidos (Finkelstein e Silberman, 2003, p. 21).

³ Enquanto William F. Albright e sua escola, por exemplo, defendem de forma veemente o Êxodo do Egito nos moldes bíblicos, Rost, Alt, Mendenhall e Gottwald, buscam explicações na história e em achados arqueológicos que contextualizam as escrituras, tendo como base determinados critérios críticos (in. Finkelstein e Silberman, 2003).

nações no âmbito de um mesmo espaço estatal. Após essa revolução, ele passa a ser identificado com o próprio estado, dando origem ao estado-nação (Hobsbawm, 2002).

Nesse contexto propriamente moderno, o conceito de nação passa a designar a associação de pessoas que, unidas por vínculos contratuais, escolhem, por livre vontade, viver sob o mesmo registro político-legal. A aplicação desse termo para designar os judeus⁴ modernos deu-se no contexto europeu do século XIX, em torno de 1840, por força do antissemitismo alemão⁵.

Por outro lado, como sugere Shlomo Sand, a elaboração do *ideal* de nação pauta-se pela utilização de narrativas multisseculares articuladas de modo a tornarem-se coerentes, tendo por objetivo a representação de um coletivo supostamente homogêneo, cuja história revelaria uma linha originária de continuidade entre o passado temporal-espacial (ancestrais) e a comunidade atual (Sand, 2011, p. 36). Sentido que usaremos quando nos referirmos ao “povo de Israel” como uma “nação”. Dessa forma, tal como os conhecidos mitos de criação dos estados nacionais modernos, o conceito de nação é criado e, como tal, traz consigo a marca do tempo histórico.

Outro termo que merece esclarecimento e está estritamente vinculado ao termo “nação”, é “etnia”. Para o judaísmo, numa visão mais “romântica”, suas origens, estariam baseadas em determinadas verdades divinas, como os herdeiros diretos e exclusivos daqueles que receberam a Torá no Sinai, e na descendência de um povo que, mesmo errante, não se miscigenou com “gentios”, preservando, assim, os vínculos de sangue (Sand, 2011, p. 39/41 e 61). Moses Hess é um desses estudiosos que considerava os judeus como um grupo hereditário diferente, cuja origem seria uma raça pura e forte, do Egito, que resistiu ao longo do tempo com características próprias. Hess destaca, por exemplo, que nas pinturas murais dos faraós é possível identificar “indivíduos com tipo físico idêntico ao do judeu moderno” (*apud.* Sand, 2011, p. 147). Da mesma forma, Salo W. Baron afirma que, independentemente das características locais de cada comunidade judaica pós-exílica, são elementos da identidade judia sua origem étnica exclusiva que, de acordo com a tradição bíblica, é originária no “povo de Israel”, algo

⁴ Termo utilizado para designar os habitantes do reino de Judá e seus descendentes (Monloubou, 1996, p. 446). Neste artigo, o conceito “judeu” é utilizado como uma comunidade de devoção (Finkelstein e Silberman, 2003, p. 422). Para Sand, o termo é melhor aplicado para designar os fiéis que professam a lei de Moisés (Sand, 2011, p. 121).

⁵ Uma nova forma de antijudaísmo, derivada do pensamento evolucionário darwinista, surgiu no século XIX, a partir de teorias de supremacias raciais para definir o ódio aos judeus, o antissemitismo (Ehrlich, 2010, p. 21). Com relação ao parágrafo ver Marx, 2009, p. 22.

que as pesquisas histórico-arqueológicas contestam O pesquisador Albrecht Alt, por exemplo, defende a tese da “infiltração pacífica” e do “Deus dos Pais”; já para Gottwald, a formação, na Palestina/Canaã, de uma federação de tribos protoisraelitas seria o resultado de um processo revolucionário interno das populações cananeias, entre outros (*apud.* Sand, 2011, p. 179).

Em outra direção, se por um lado, como sugere Étienne Balibar, qualquer nação é destituída de base étnica em sua essência (*apud.* Sand, 2011, p. 53), já que esta é construída a partir da agregação de produtos históricos e de fenômenos naturais (Sand, 2011, p. 61), por outro, de acordo com Anthony Smith, quatro características distinguem um grupo étnico: o *sentimento* comum de origem; a consciência de uma história única associada à crença em um destino comum; a presença de traços culturais coletivos e específicos; o *sentimento* de uma solidariedade coletiva (*apud.* Sand, 2011, p. 62). Desse modo, para Smith, o conceito de etnia prescinde de um território específico, embora deva ter um vínculo com ele, prescinde de uma variedade de formas culturais, embora possa contar com apenas uma, prescinde de uma história concreta, sendo os mitos antigos capazes de desempenhar esse papel de maneira não menos eficaz (Sand, 2011, p. 63). Assim, no conceito moderno, mesmo num contexto tão multifacetado quanto foi o da história de Israel, é possível falar em formação de uma etnia a partir de elementos selecionados para caracterizar o “povo de Israel”.

Em contrapartida, deve-se lembrar que, embora próximos em várias características, muitos segmentos do “povo de Israel” se consideravam diferentes e até mesmo inimigos, como foi o caso dos reinos de Israel e de Judá. É possível imaginar que tais segmentos passaram a ser pensados como um só grupo étnico a partir, provavelmente, da tentativa de unificação pan-israelita no século VI a. E. C., momento em que, no Reino de Judá, se buscou criar uma identidade única por meio da religião durante o governo de Josias, como será analisado mais à frente.

Por fim, outra expressão que carece de explicitação é “israelita”⁶. Diversos autores utilizam esse termo para definir as mais variáveis formas de organização do “povo de Israel”. O historiador italiano Mario Liverani, por exemplo, designa como israelitas exclusivamente os membros do Reino de Israel, enquanto às populações ou

⁶ Segundo o historiador italiano Mario Liverani, convém utilizar a expressão “israelitas” para designar os membros do Reino de Israel. Todavia, convém lembrar que o nome “Israel” aparece desde o fim do século XIV a. E. C., nas estelas de Merneptah, designando um novo conjunto populacional em formação embrionária (Liverani, 2008, p. 88).

agrupamentos que se fixaram nos altiplanos da Palestina⁷, durante o período do Ferro I, ele recorre ao termo “protoisraelita” (Liverani, 2008, p. 88). Para efeito de estudo, como não há consenso entre os pesquisadores em relação aos termos utilizados para referir-se ao bíblico “povo de Israel”, algo que normalmente tende a nos confundir, resolvi elaborar uma terminologia própria, com vistas à melhor articulação dos diferentes momentos expostos na narrativa bíblica, a partir de conceitos preexistentes mas que, muitas vezes são utilizados de forma diferentes por cada estudioso. Dessa forma, elaborando um quadro temporal, utilizando-me de dados contidos no Antigo Testamento e em pesquisas históricas e arqueológicas, foi feita a análise conceitual para melhor definição de cada momento específico do “povo de Israel” (o quadro se encontra anexo ao fim do artigo).

Neste trabalho, serão usados os seguintes termos: grupamento patriarcal para designar pastores nômades e seminômades de origem semita⁸ que transitam na Palestina/Canaã, até cerca de 1500 a. E. C., no Bronze Médio, sob o domínio das cidades-estado⁹ independentes cananeias e posteriormente sob o domínio do Império Egípcio; grupamento do êxodo do Egito para os semitas, seminômades pastoris, que saíram das terras do Egito, em torno de 1280 a. E. C., no Bronze Recente em direção à Palestina/Canaã¹⁰ dominada pelo Império Egípcio; grupamento do monte Sinai para pastores nômades da região do Sinai e adoravam o deus Iahweh. Localizados no período do Bronze Recente estão inseridos no contexto das Cartas de Amarna¹¹, quando o Império Egípcio dominava a política e o território da Palestina/Canaã; protoisraelitas,

⁷ Nome de origem não bíblica, que designava o país dos filisteus na documentação greco-romana (Monloubou, 1996, p. 584).

⁸ De acordo com a Bíblia, os semitas são todos “descendentes de Sem”. A noção mais precisa, atualmente, é a que engloba todos aqueles falantes das línguas semíticas que apresentam entre si afinidades fonéticas, gramaticais e de vocabulário (Monloubou, 1996, p. 741/742). Nesse texto, o termo é utilizado como povos do Sudoeste da Ásia que falam ou falaram línguas semíticas; uma característica marcante nessas populações é a vida nômade com a consequente expansão de seus membros pelo território (Brigth, 2003, p. 67).

⁹ A cidade-estado foi uma forma de organização implantada na região pelos hicsos (Schwantes, 2008, p. 34/36). Contudo, Mario Liverani prefere usar o termo “estado cantonal” ou “pequeno reino” ao termo “cidades-estado” por ser, historiograficamente, carregado de valores da *polis* grega (Liverani, 2008, p. 32).

¹⁰ Canaã ainda na idade do Bronze Recente, o nome Canaã aparece pela primeira vez em língua hurrita, *Kinahhu* e quer dizer “púrpura”. Posteriormente, o termo foi utilizado pelos egípcios para nomear o império que se estendia desde o Sinai até a fronteira sírio-libanesa. Quando ocupada pelos israelitas, as regiões costeiras da Palestina e a Fenícia não foram tomadas. Em Gn 40,15 Canaã é designada como “o país dos hebreus” (Monloubou, 1996, p. 109/110).

¹¹ Aproximadamente 350 cartas fazem parte dos arquivos diplomáticos dos faraós (Monloubou, 1996, p. 27).

proposto por Liverani, em sua obra *Para além da Bíblia*, para os demais seminômades e camponeses, entre outros, que viviam na Palestina, antes de 1250 a. E. C., e começaram a ocupar as montanhas da região como indicam as Cartas de Amarna e a Estela de Merneptah¹². Nesse contexto, o Império Egípcio perde o controle sob as terras da Palestina/Canaã e ocorre um colapso no sistema tributário cananeu dando origem à movimentação em direção às montanhas; israelitas e judaítas para os reinos de Israel e de Judá, respectivamente, na idade do Ferro II, por volta do ano 922 a. E. C. quando o Império Babilônico domina a região da Palestina/Canaã; por fim, “comunidade judaíta pan-israelita” para designar o processo de centralização do poder, da prática religiosa e da criação de uma ideologia pan-israelita, durante o governo de Josias, após 722 a. E. C. sob o domínio do Império Neobabilônico.

Embora existam outros conceitos limitados pela geografia histórica, usarei o termo “história de Israel” para definir a história de todo o período, desde o segundo milênio a. E. C. até os dias atuais, e “povo de Israel” para designar a população descrita ao longo da narrativa da *Torá* sobre o povo eleito, qualificando todo um povo-raça na perspectiva deuteronomista. Além disso, apesar de os termos judeu e judaísmo serem utilizados para denominar esse povo, após o exílio babilônico, emprego-os nos meus estudos para indicar uma organização comunitária religiosa que tem início sob o governo de Josias, estendendo-se durante o exílio, pós-exílio até a modernidade, por meio da elaboração e constituição da *Torá* e das principais características que, ainda hoje, são a essência do judaísmo (observância das leis rituais, prática do *shabat*, constituição das sinagogas, restrição alimentar, entre outras).

Seguindo a trilha aberta por Michel Lallement, busquei resgatar a marca da história de Israel, ou seja, a marca da cultura de cada grupo, em cada época, de modo a oferecer ao leitor fatos históricos, e não apenas narrativa mito-histórica, de caráter teológico (Lallement, 2003, p. 258). Vale sempre lembrar que foi essencial a análise da formação do “povo de Israel” pelos seguintes motivos: primeiramente, para refletir sobre como os determinismos históricos que, mesmo não sendo absolutos, implicam

¹² Monumento de vitória erigido pelo faraó Meneptah, em 1207 a. E. C., que mencionava a vitória do exército egípcio sobre um povo chamado Israel e outras nações na região do Levante (Finkelstein e Silberman, 2003, p. 33, ver também Monloubou, 1996, p. 513). Segundo Donner: “a chamada estela de Israel, do 5º ano de governo de Merenptah (1219), que Sir W. M. Flinders Petrie encontrou em 1896, na necrópole de Tebas. Trata-se de um cântico de vitória sobre os sucessos militares do faraó contra os líbios e sobre os efeitos desses sucessos entre os hititas e os habitantes da Palestina” (Donner, 1997, p.105/106).

tendências e probabilidades (Brigth, 2003, p. 270); e, em segundo lugar, para indicar que singularidades e determinismos, atuantes em um dado contexto, explicam-se pela multiplicidade de fatores econômicos, políticos, culturais, e religioso-morais.

Em torno do ano 4000 a. E. C., sabe-se que houve intensa circulação de indivíduos de origem semita, provavelmente pastores nômades, que saíram da Mesopotâmia em direção à Palestina/Canaã (Brigth, 2003, p. 56). Esses pastores viviam nas montanhas e nos desertos, à margem da sociedade instituída, não sendo considerados “cidadãos” nem “camponeses”, mas criadores de cabras e ovelhas, sempre à procura de pastos. Seminômades, moravam em tendas, à mercê das condições climáticas, locomovendo-se quer seja devido às chuvas, no inverno, e secas, no verão (transumância), quer seja devido a flagelos climáticos ou catástrofes políticas (transmigração). Possivelmente é nesse contexto que emergem as narrativas que deram origem àquelas sobre o grupamento patriarcal.

É possível que, muito embora alguns segmentos desses seminômades tenham se fixado nas terras palestinas, em períodos de secas vivenciavam significativo processo de emigração, buscando, a maioria deles, as terras férteis egípcias que, cortadas pelo rio Nilo, não dependiam das chuvas. Desse processo de emigração para o Egito, cuja documentação é farta, diversos grupos beneficiaram-se, entrando e saindo daquelas terras, em diferentes épocas. É possível que a narrativa bíblica sobre o grupamento do êxodo do Egito ter se originado desse processo.

Por volta do século XII a. E. C., as montanhas cananeias começaram a ser povoadas maciçamente, originando duas comunidades distintas que, mais tarde, formariam o reino de Israel e o reino de Judá. Embora, provavelmente, esses grupos tivessem origem demográfica semelhante, características tais como geografia, economia, cultura religiosa, entre outras, fizeram dessas comunidades grupamentos distintos e muitas vezes inimigos. No século VIII a. E. C., no entanto, o reino de Israel conheceu sua ruína, e seus habitantes foram deportados para áreas centrais do império assírio¹³, outros fugiram para o reino de Judá. O governante de Judá, sentindo-se o legítimo herdeiro do “povo de Israel”, resolve, então, centralizar o poder e a prática religiosa. Para isso codifica o relato bíblico, reivindicando as antigas terras do reino de

¹³ Do hebraico *Ashur* ou *Assur*, o Império assírio lutou e traficou com o Mitani, os hititas, o Egito, entre outros, além de ter praticado o comércio na região da Ásia Menor, como registram as cartas de El Armana e as tabuletas da Capadócia (Monloubou, 1996, p. 69/70).

Israel e o título “Israel” para a comunidade judaíta pan-israelita que pretendia formar. Nesse momento surgem, sob o reinado de Josias, os primeiros textos da *Bíblia*.

Dessa forma, além de ser um texto religioso, a *Bíblia*, assim como as cerâmicas, as inscrições e as ruínas arquitetônicas, que podem contar muito sobre a sociedade que os produziu, é também um artefato histórico. Em quase todos os casos conhecidos pela arqueologia, o evento da escrita relaciona-se à existência de um poder centralizado em instituições que podemos qualificar como estatais: monarquias, reinos, impérios, todos com seus cultos oficiais, não sendo diferente no caso da comunidade judaíta pan-israelita. Finkelstein e Silberman destacam que esse processo se expressou em práticas tais como a manutenção de registros, a correspondência administrativa, as crônicas da realeza e, no caso judaico, a compilação de uma escritura sagrada da qual emergiram as leis que, por sua vez, deram forma legal às práticas políticos-estatais e, por isso mesmo, estão relacionadas a um estágio mais avançado de desenvolvimento social (Finkelstein e Silberman, 2003, p. 39).

Diante disso, para se entender qual era o contexto societário em que surgiu o bíblico “povo de Israel”, é preciso compreender o processo de elaboração do texto que relata a suposta história desse povo. O trabalho de recorrer ao material literário e às fontes arqueológicas ajuda a reconstruir a história a partir dos dados por eles fornecidos, levando-se em conta tanto a *forma* de construção da narrativa para extrair o que pode, eventualmente, aproximar-se da realidade histórica, quanto à função da religião na formação humano-social.

Ao tentar compreender a função da religião, Jasper afirma que o homem sempre tentou constituir uma ideia da totalidade, primeiro, com as formas míticas e, posteriormente, com a ideia de um deus que atua na vida social e política dos povos (Jaspers, 1951). Além disso, a religião é a instituição que, anteriormente ao surgimento do Estado, legitima e regula a vida social, sendo seu primeiro fundamento (Gauchet, 2005, p. 17 e 23). Nesse sentido, compreender a forma como se constituiu a religião do “povo de Israel” é essencial para definir sua formação e seu processo de desenvolvimento.

Quadro: No tempo do *Antigo Testamento*, na Palestina/Canaã

Terminologia	Período arqueológico	Datação cronológica	Contexto narrativo veterotestamentário	Contexto histórico-arqueológico	Contexto político na Palestina/Canaã	
Grupamento patriarcal	Bronze Médio	2000 – 1550 a. E. C	Gn 12-50; Ex 1-18; Nm 9-14; 20-25; 1Cr 1-2; Eclo 44; 45	pastores nômades e seminômades	Cidades-Estado independentes cananeias	
		1550 a. E. C				
Grupamento do êxodo do Egito	Bronze Recente	1500 a. E. C	Gn 12,40; 15,13; Ex 14,15-31; Dt 6,20-25; 26,5-15	Período de Amarna	Domínio do império egípcio	
Grupamento do Monte Sinai		1400 a. E. C	Ex 3,1; 18,5; 19; 20; Dt 1; 5; 33			
Protoisraelitas		1300-1250 a. E. C	Ex 19-24; 32-34; Nm 31-36; Dt 31-36; Js 1-19; 23-24; Jz 1-18; Eclo 46; Sl 19,2-7; 29; 68; 82; 136			Estela de Merneptah - hapirus e shasus - tribos nômades
		1100 a. E. C				

Reino Unido Israelita	Idade do Ferro I	1250 – 1000/922 a. E. C.	1Rs 1-12; 1Cr 10-20; 2Cr 1-9; Jz 19-21; Eclo 47; 1-2Sm	não existe confirmação empírica da existência de um reino unido israelita nesse período	Fim do império egípcio
Protoisraelitas		931-722 a. E. C.	1Rs 1-12; 1Cr 10-20; 2Cr 1-9; Jz 19-21; Eclo 47; 1-2Sm		Colapso do sistema tributário cananeu e formação das comunidades protoisraelitas nas montanhas da Palestina/Canaã
Reino de Israel / Israelitas	Idade do Ferro II	931-722 a. E. C.	Sl 58; Os; 1 Rs 12,22; Am; 2Rs 1-15; 17; Eclo 48; Sl 58	Poder centralizado e reino desenvolvido	Queda da Samaria (capital do reino de Israel)
Reino de Judá / Judaítas (931-722/587 a. E. C.)		931 até 650 a. E. C.	Dt; Mq; Sf; Jr; Hab; Na; Br; 1Rs 12; 15; 2Rs 11-16; 18-21; 2Cr 10-33; Pr 10-22; 25-29; Sl 46; 48; 64	Poder diluído entre o monarca e os clãs	Domínio do Império Babilônico (640-609 a. E. C.)

Momento pan-israelita / pan-israelismo (722/650-587 a. E. C.)	Idade do Ferro III	650 a. E. C.	Dt 5-26; Sl 31; 80; 81; Jr; Na; Hab; Br; 2Rs 22-25; 2Cr 34-36; Eclo 49	Centralização do poder monárquico em Judá / Ideologia monárquica de Josias, em 722 a. E. C., momento da reforma / redação deuteronomista e centralização do culto	Expansão do território de Judá (momento pan-israelita)
		625 a. E. C.			Domínio do império neobabilônico
Comunidade exílica		inicia em 587 a. E. C.	Lv 8-10; 17-26; Js; Jz; Sm; Rs; Lm; Ab; Jr; Ez; Sl 39-52; 42; 43; 69; 70; 79; 89; 137; Is 40-55; Ez 1-24; 33-39	Redação deuteronomista e sacerdotal na Babilônia	Domínio do império persa
		550 a. E. C.			Domínio do império persa
		330 a. E. C.			Conquistas alexandrinas
Judeus / judaica					Designação em que qualifico uma comunidade que tem início com o reino de Judá pan-israelita e designa até hoje esse povo

“Povo de Israel”				Designação em que se qualifica todo um povo-raça na perspectiva deuteronomista	
Este quadro foi montado a partir de dados recolhidos nas obras de Brighth (2003), Liverani (2008, p. 32), Auth (2001, 2002, 2008a, 2008b), Serviço de Animação Bíblica (2009) e Soares (2002).					

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGTH, John. **História de Israel**. 7ª edição, São Paulo: Paulus, 2003.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EHRlich, Carl S. **Conhecendo o judaísmo: origens, crenças, práticas, textos sagrados, lugares sagrados**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia não tinha razão**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

GAUCHET, Marcel. **El desencantamiento del mundo**. Una historia política de la religión. Madrid: Editorial Trotta, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JASPERS, K. **Origen y Meta de la Historia**. Madrid: Revista de Occidente, 1951, p. 03/33.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LIVERANI, Mario. **Para além da Bíblia: História antiga de Israel**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONLOUBOU, Louis e DU BUIT, F. M. **Dicionário bíblico universal**. Petrópolis, RJ: Vozes; Aparecida, SP: Editora Santuário, 1996.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu:** da Bíblia ao sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.

SCHWANTES, Milton. **História de Israel:** local e origens. 3ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WEBER, Max. **Sociologia das Religiões.** São Paulo: Ícone, 2010.